



PROJECTO DE INVESTIMENTO EM RESILIÊNCIA DAS ÁREAS COSTEIRAS DA  
ÁFRICA OCIDENTAL – WACA



Unidade-Disciplina-Trabalho

REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE  
**MINISTERIO DAS OBRAS PÚBLICAS, INFRAESTRUTURAS, RECURSOS  
NATURAIS E AMBIENTE**

PROJECTO DE INVESTIMENTO EM RESILIÊNCIA DAS ÁREAS  
COSTEIRAS DA ÁFRICA OCIDENTAL – WACA



**ZONA DE EXPANSÃO SEGURA COMUNIDADE DE MALANZA**

Plano de gestão e Riscos Sociais para a População que  
beneficiará do reassentamento voluntario para zona de  
expansão segura de Malanza

**Junho de 2023**

**ÍNDICE**

1. CARACTERIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE E RISCOS DA COMUNIDADE.....	4
1.2 Antecedentes para a criação da zona de expansão segura .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
1.1. COMUNIDADE MALANZA.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
Descrição do processo.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
<b>O processo de elaboração e aprovação dos Planos Abreviados de Reassentamento (RAP)</b>	<b>14</b>
I. DESCRIÇÃO DO PLANO DE REASSENTAMENTO .....	14
1.1 Descrição dos impactos sociais .....	15
Reunião de auscultação pública.....	15
Medição no terreno .....	16
3.4 Questionário.....	16
Cálculo das perdas directas .....	16
Estimativa da indemnização e apoio em termos de assistência/restauro das formas de sustento	16
EXECUÇÃO .....	17
PROCEDIMENTO DE APRESENTAÇÃO DE QUEIXAS .....	17
MONITORIZAÇÃO.....	18
Características socioeconómicas dos PAP .....	18
1.2.1. Situação da Vulnerabilidade .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
<b>3. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CARACTERISTICAS DAS PESSOA</b>	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
3.1. O processo em Malanza .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
3.2. Processo seguido para a identificação dos indivíduos em risco ....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
3.3. Número de casas a construir e número de pessoas a mudar .....	23
3.4. Número de pessoas que irão beneficiar das casas sociais e as razões/suas vulnerabilidades.....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
3.5. Meios de vida do povo e como podem continuar o seu trabalho... <b>Error! Bookmark not defined.</b>	
3.6. Mecanismo de gestão de queixas existente .....	<b>Error! Bookmark not defined.</b>
<b>4. CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO .....</b>	<b>29</b>
4.1. Como a população elegível pôde participar na fase de concepção das casas .....	29
4.1.1. Participação dos beneficiários na construção das casas .....	29
4.2. Quem será responsável pela construção das casas; quem será responsável pela prestação de serviços básicos, tais como água e electricidade e o prazo para o efeito .....	29
<b>5. PLANEAMENTO DE ÁREAS ANTIGAS/DA PRAIA.....</b>	<b>31</b>



- 5.1. Explicar como evitar novas construções; como a praia será utilizada após a  
mudança 31

## 1. CONTEXTO

### 1. Contexto estratégico

A República Democrática de São Tomé e Príncipe (STP) é um arquipélago composto por duas ilhas principais localizadas no Golfo da Guiné, a 350 km da Costa Oeste da África. O país é uma das nações mais pequenas da África com uma área total de 1.001 km<sup>2</sup>, uma população de 190.300 (em 2015) e uma renda nacional bruta per capita de US \$ 1.670 em 2014. São Tomé e Príncipe ficou em 143/188 em 2014 índice de Desenvolvimento Humano do PNUD e é considerado pelo Fundo Monetário Internacional estar em alto risco de inadimplência da dívida. Apesar de os indicadores de desenvolvimento terem melhorado, o STP continua a ser um dos pequenos estados insulares em desenvolvimento (SIDS), com aproximadamente 63% da população abaixo da linha de pobreza (com base nos dados de 2012). Oportunidades para um crescimento alargado são principalmente no turismo, no agronegócio e na pesca.

Tendo em vista o seu pequeno tamanho, isolamento, capacidade de cobertura limitada, país desenvolvido (LCD) e estado de SIDS, São Tomé e Príncipe é altamente vulnerável aos efeitos das mudanças climáticas e aumento do nível do mar. Enquanto o STP é um pequeno Estado insular isolado, ele compartilha com os países costeiros da África Ocidental: erosão costeira severa e perda da costa; super exploração de pescarias e agregados costeiros; poluição costeira; urbanização rápida e uso insustentável da terra; e políticas sobrepostas que afetam a governança da costa.

### 2. Contexto setorial e institucional

Os pescadores artesanais e as comunidades costeiras - coletivamente conhecidas como Angolares - estão entre o segmento mais pobre e vulnerável da população do STP. Muitas comunidades cresceram a partir de campos de pesca temporários localizados em áreas de delta de praia e rio, tornando-se assentamentos permanentes (e em expansão rápida). Habitação precária - principalmente cabanas de madeira - e condições precárias de saneamento e saúde prevalecem. Anteriormente, esses assentamentos costumavam ser expostos a tempestades de mar e inundações de rios em estações alternativas, mas com padrões climáticos e climas alterados, os dois episódios coincidem cada vez mais. Marés de primavera mais fortes e cada vez mais imprevisíveis, combinadas com a mineração extensiva de areia, também levaram a altas taxas de erosão do litoral (cerca de 0,2-1,2 metros por ano), deixando casas e canoas expostas a ondas, tempestades e inundações. Entre as famílias em maior risco, cerca de um em cada seis são pessoas altamente vulneráveis, geralmente viúvas, idosas e deficientes. Mas mesmo os menos vulneráveis são pobres, e as perdas de canoas podem resultar em dificuldades severas, com as famílias de pesca geralmente relatando um período de recuperação de 6 meses até que eles possam se dar ao luxo de substituir ativos perdidos e retomar seus meios de subsistência normais.

Cerca de 15% da população do STP depende (direta ou indiretamente) da pesca artesanal. Em 2014, a STP tinha 3.000 pescadores artesanais registados e 2.350 palaiês. Os níveis de captura foram estimados em 11.500 toneladas métricas em 2015. A maioria (75 por cento) dos pescadores usam pequenas canoas à vela e navegam se orientando pelas nuvens. No entanto, um número crescente de canoas maiores de fibra de vidro motorizadas capturam atum e peixes voadores, se aventurando para mais de 20 milhas no mar. Desde a década de 1980, picos mais intensos e névoa seca levaram a altas perdas de vidas no mar: durante 2006-10, por exemplo, o STP perdeu em média 4,8 vidas por ano, três vezes os níveis reportados pela Organização Internacional do Trabalho para a pesca como uma ocupação. Embora parte do aumento de risco seja comportamental, um estudo de 2009 sobre as tendências nas condições atmosféricas durante a década de 1980 a 2000 encontrou tendência para ventos mais fortes, concentração de aerossóis e maior umidade nas camadas superficiais (potencialmente levando ao aumento das condições da

nuvem e neblina) durante dezembro - Época de fevereiro - época em que a maior perda de vidas no mar é relatada.

Em conclusão, as comunidades costeiras vulneráveis e as famílias de pescadores no STP estão sendo afetadas por impulsores antropogénicos e de mudanças climáticas, e qualquer estratégia de adaptação e resiliência deve ser capaz de abordar ambos - exigindo uma combinação de medidas de proteção costeira, mudanças comportamentais, permitindo políticas e retiro populacional participativo para reduzir a exposição.

Para enfrentar esses desafios, o Banco Mundial, desde 2011, vem apoiando o STP na implementação de um projeto piloto de adaptação (P111669) financiado por um Fundo do País Menos Desenvolvido do GEF de US \$ 4,1 milhões. O projeto visava aumentar a capacidade de adaptação das comunidades costeiras vulneráveis à variabilidade e mudança climática. Elegeu um sistema de alerta precoce e segurança no mar e medidas de proteção costeira em quatro comunidades piloto (Malanza, Santa Catarina e Ribeira Afonso em São Tomé e Praia Burra, na ilha do Príncipe). A implementação foi satisfatória até à data: o sistema de alerta precoce foi reforçado (embora permaneçam fracos na previsão do tempo e na comunicação da última milha); cerca de 60% dos pescadores artesanais foram treinados e proporcionados pela segurança básica no equipamento do mar, levando a uma queda significativa na mortalidade no mar; e há indícios de que as medidas de proteção ajudaram as comunidades-piloto a lidar com recentes surtos de tempestades e inundações de rios. O projeto também desenvolveu um processo inovador de retirada populacional participativa, combinando consultas comunitárias e mapeamento de satélites para identificar áreas de expansão "adjacentes" mais seguras, para onde as famílias mais ameaçadas poderiam optar por se deslocar voluntariamente. Os agricultores que cultivam as áreas de expansão também participaram das discussões e, se concordaram em ceder terras para as áreas de expansão, foram compensados de acordo com os Planos de Ação de Reassentamento abreviados, aceitáveis para o Banco.

Para consolidar e ampliar os ganhos obtidos pelo projeto piloto, é necessário continuar acompanhando o processo de retirada da população, reforçar as mudanças nos comportamentos de risco e solidificar as políticas costeiras permitidas - todos os processos que exigem um longo prazo - compromisso a longo prazo. Além disso, a sucessão de marés altas que afetaram São Tomé e Príncipe desde 2014 torna urgente a ampliação das intervenções para outras comunidades costeiras vulneráveis.

## 2. PROJECTO DE INVESTIMENTO EM RESILIÊNCIA DAS ÁREAS COSTEIRAS DA ÁFRICA OCIDENTAL - WACA

### 1. Contexto

Com vista a reforçar a capacidade de adaptação face aos efeitos dos fenómenos extremos ligados às Mudanças Climáticas, o Banco Mundial, apoiou São Tomé e Príncipe na implementação de um projeto piloto de adaptação (P111669) financiado por um Fundo dos Países Menos Avançados do GEF que teve o seu início em 2011 e terminou em 2017. O projeto visava aumentar a capacidade de adaptação das comunidades costeiras vulneráveis à variabilidade e mudanças climáticas, tendo contribuído para a instalação e funcionamento de um sistema de alerta precoce e segurança no mar e medidas de proteção costeira em quatro comunidades piloto, nomeadamente, (Malanza, Santa Catarina e Ribeira Afonso em São Tomé e Praia Burra, na ilha do Príncipe).

Pela segunda fase, denominada Projeto de Investimentos em Resiliência das áreas costeiras para os Países da África Ocidental, WACA, a República Democrática de S. Tomé e Príncipe recebeu um donativo do Banco Mundial destinado a reduzir a vulnerabilidade das comunidades costeiras contra os impactos adversos das variáveis e alterações climáticas. O projeto pretende consolidar

os investimentos realizados na primeira fase e integrar mais 8 comunidades costeiras em pleno alinhamento com a Segunda Estratégia de Redução da Pobreza de São Tomé e Príncipe (2012-16), que enfatiza a integração das questões de mudança climática nas políticas dos países como uma ação estratégica chave.

## 2. Objectivos

O objetivo do desenvolvimento do projeto WACA é reforçar a resiliência das comunidades e as áreas costeiras alvas da costa oeste africana.

## 3. Caracterização geral do WACA

O WACA tem uma incidência nacional cobrindo todo o país no que diz respeito ao Componente 2, enquanto o Componente 3 incidirá sobre um total de cerca de 10 áreas/comunidades (as comunidades costeiras consideradas mais vulneráveis em São Tomé e Príncipe), consolidando as intervenções realizadas na primeira fase em 4 comunidades (Ribeira Afonso, Malanza, Santa Catarina e Praia das Burras) e em 4 novas comunidades (Iô Grande, Praia Melão, Pantufo e Micoló em São Tomé e Praia Abade, na Ilha do Príncipe).

O WACA estrutura-se em quatro componentes. A primeira componente, “Reforço da Integração regional visará a apoiar o diálogo internacional na região, a harmonização das legislações, trocas de experiências políticas e técnicas, para reforçar a visão comum pela gestão das zonas costeiras na África ocidental. Além do componente regional, três componentes terão atividades implementadas a nível nacional e local. E

Componente 2. Reforço político e institucional e sistemas nacionais: Sub-Componente 2.1. Apoio a Políticas Costeiras Adaptativas Esta sub-componente inclui a assistência técnica e legal, estudos, e ateliers de apoio à realização de reformas políticas que favoreçam uma gestão mais sustentável e adaptativa da orla costeira, financiando:

1. Estudo de alternativas à extração de areias e inertes na orla costeira – elaboração de um estudo técnico, económico, social e ambiental das várias alternativas à utilização de areia das praias como material de construção (incluindo alternativas como o adobo, ferro-cimento, pó de basalto, areias profundas, etc). Este estudo serviria de suporte à implementação do novo decreto-lei sobre a extração de inertes, que o Governo espera aprovar em 2016.
2. Harmonização dos regulamentos e políticas das zonas costeiras
3. Suporte as reformas legislativas para promover a segurança marítima;
4. Reforço da capacidade dos membros do Governo associados à gestão de desastres e mudanças climáticas, para lhes permitir absorver experiências internacionais nessa matéria.
5. Suporte pela monitorização das zonas costeiras através do observatório do ambiente, que poderia realizar relatórios regulares sobre o estado do litoral

### Sub-Componente 2.2. Reforço do Sistema de Alerta Prévio Costeiro

Esta sub-componente visa principalmente colmatar lacunas específicos no sistema de alerta prévio, que não foram suficientemente cobertas pela primeira fase ou pelo projeto SAP. De modo a assegurar uma adequada complementaridade, os planos anuais serão discutidos com a equipa do projeto SAP, assim como com o INM (Instituto Nacional da Meteorologia) e CONPREC. As seguintes atividades estão contempladas nesta sub-componente:

a) Instalação e aquisição de duas outras estações meteorológica marítimas para cobrir a região sul (possivelmente instalada no Ilhéu das Rolas) e a Ilha do Príncipe – incluindo um estudo prévio para o melhor posicionamento dessas estações.

b) Assistência técnica especializada para incorporar modelos dinâmicos de previsão de marés vivas e turbulências marítimas no sistema de alerta prévio<sup>4</sup> e melhoramento dos boletins meteorológicos pelos avisos.

c) Formação de pós-graduação em meteorologia marítima, e outras formações especializadas de curto prazo que possam ser necessárias.

d) Melhoramento continuo das mensagens e do alcance do sistema de aviso prévio aos pescadores e comunidades costeiras (por exemplo através do FrontlineSMS).

e) Reforço do sistema de compartilhamento dos dados entre INM, instituto da hidrologia, CONPREC e a Capitania, para assegurar a difusão das informações importantes pelas preparação e gestão das catástrofes.

### Sub-Componente 2.3. Reforço do Sistema de Segurança Marítima

Esta sub-componente visa completar a formação e distribuição de equipamento básico de salva vidas a pescadores que ainda não beneficiaram do sistema, assim como continuar a reforçar a sensibilização, monitorização e incentivos para conduzir a uma mudança efetiva de comportamento de risco dos pescadores artesanais. Assim sendo, a subcomponente partiria de uma estreita colaboração entre a UGP, a Direção das Pescas, a ONG MARAPA e a Capitania/Guarda Costeira, financiando as seguintes atividades:

a) Reforço da formação e sensibilização dos pescadores e em particular dos mais expostos ao risco (novos e jovens pescadores) – incluindo um envolvimento mais intensivo de animadores comunitários, trocas de experiência, e campanhas de sensibilização;

b) Distribuição de materiais de segurança básica a cerca de 1,500 pescadores formados que ainda não beneficiaram durante a primeira fase. Materiais essenciais que se pretende venham a ser obrigatórios (por exemplo coletes de salva-vida, capes de chuva, luzes de sinalização, kits de primeiro socorro, contentores de água) seriam distribuídos gratuitamente, enquanto que para outros materiais não essenciais ou de substituição seria seguida a política da Direção das Pescas para promover a sua venda através de lojas ou associações de pescadores (com possível isenção de impostos).

c) Materiais e equipamentos de apoio ao registo das canoas e ao sistema de segurança marítima, tais como tintas e lâmpadas LED para os faróis.

d) Assistência técnica e custos operacionais para melhorar a monitorização e avaliação de (i) acidentes no mar; (ii) cultura e práticas de segurança, e (iii) registo progressivo dos pescadores e embarcações por categoria de risco. Incluem-se aqui também custos operacionais para patrulhas de monitorização nos meses de pesca mais perigosos.

Componente 3. Investimentos físicos e sociais para a Resiliência Costeira das Comunidades Vulneráveis:

Esta componente seria organizada em três sub-componentes principais e cobrirá cerca das 10 das comunidades costeiras mais vulneráveis em São Tomé e Príncipe, sendo cerca 6 as novas comunidades que se juntam às 4 comunidades piloto abrangias na fase 1 do projeto.

### Sub-Componente 3.1 Apoio às Comunidades Costeiras Vulneráveis:

Esta sub-componente agregaria todos os estudos, assistência técnica, e apoio às comunidades costeiras alvo nesta segunda fase, incluindo:

- a) Assistência técnica para estudos de geomorfologia e desenhos pormenorizados das opções de adaptação;
- b) Capacitação dos comités de risco e associações comunitárias - no planeamento, mapeamento, e monitorização participativa, manutenção das actividades de adaptação, e gestão de desastres;
- c) Formação e apoio técnico às zonas de expansão comunitárias;
- d) Troca de experiências entre comunidades, e comunicação de lições aprendidas

#### Sub-Componente 3.2. Proteções físicas das Comunidades Vulneráveis :

Esta sub-componente financiará as atividades e investimentos de adaptação. Para a proteção costeira será dada preferência a soluções baseadas na visão ecossistémica favorecendo opções vegetativas e naturais efetuadas através de pequenos projetos comunitários, optando-se por opções estruturais apenas quando estritamente necessário. Em comunidades onde as famílias vivendo em zonas perigosas quiserem mudar-se voluntariamente para áreas mais seguras, o projeto poderia também ajudar a criar zonas de expansão. Esta sub-componente financeira:

- a) Adaptação costeira de média escala (geralmente acima de US\$50,000) incluindo obras de proteção, aterros, alimentação de praias quando necessárias;
- b) Pequenos projetos comunitários de adaptação (estabilização da orla costeira, revegetação, plantação de mangais, recolha de resíduos, manutenção de obras de proteção, atividades de sensibilização, etc). Sub-Componente

#### 3.3. Relocação voluntaria das Comunidades Vulneráveis nas zonas seguras:

Esta sub-componente financiará as atividades e investimentos Realocação participativa dos mais vulneráveis para zonas de expansão, incluindo:

- a) Compensação a pessoas afetadas (que percam acesso a terrenos, culturas ou meios de produção na zona de expansão);
- b) Assistência aos mais vulneráveis (na reconstrução de uma habitação segura na zona de expansão e direitos de propriedade para o novo lote – equivalente a 100% dos custos da nova casa, com materiais sustentáveis)
- c) Ajudas de custo a outras famílias vivendo em zonas perigosas– direitos de propriedade sobre o lote, e custos de materiais sustentáveis, equivalentes a aproximadamente 25% dos custos de uma nova casa na zona de expansão; d) Construção ou reabilitação de infraestrutura social de apoio às zonas de expansão, que sirva de polo de atração para a nova zona, e de acordo com o progresso feito pela comunidade; e) Gestão da zona em perigo – tal como transformação num espaço comunitário, ou espaço verde;

#### Componente 4. Gestão do Projeto

Esta componente comporta o apoio à gestão do projeto, incluindo custos operacionais, associados com a direção do projeto, licitação, gestão financeira, administração, condutor, monitorização, avaliação (a meio termo e final), auditoria e apoio as implementações das salvaguardas sociais e ambientais e Engenheiros civis.



## 1. Intervenção do WACA

O Governo Santomense pretende utilizar parte do valor deste donativo para executar trabalhos de protecção das zonas costeiras bem como prevenção de inundações, incluindo, se for necessário, drenagem de lenções de água, construção e reforço das margens, reabilitação e alargamento de drenagens de condutas, bem como a defesa de praias e zonas costeiras, urbanização e recolocação voluntária de pessoas que vivem nas zonas de riscos para as zonas de expansão segura nas comunidades costeiras de Iô Grande, Praia Melão, Pantufo, Praia Loxinga, Praia Gamboa, Praia Cruz, Praia Micoló em S. Tomé e Praia Abade na Região Autónoma do Príncipe (RAP), assim como a consolidação das actividades de adaptação já iniciadas nas quatro primeiras comunidades alvas da primeira fase do projecto, nomeadamente, Malanza, Ribeira Afonso, e Santa Catarina (S. Tomé) e Praia Burra (RAP).

Uma das componentes fundamentais do projecto consiste em fazer o reassentamento voluntário das pessoas que possuem as suas casas localizadas nas áreas de riscos.

Para o efeito foram criadas Zonas de Expansão Seguras nas comunidades alvas do projecto que irá permitir o reassentamento voluntário e seguro das comunidades.

As obras de Ordenamento Urbanístico das Zonas de Expansão Segura (ZES) da comunidade de Santa Catarina, no Distrito de Lembá, estão concluídas e as da comunidade de Malanza, no Distrito de Caué, estarão concluídas brevemente, estando criadas as condições para construção das Infraestruturas Sociais essenciais para as referidas comunidades.

## 6. COMUNIDADE MALANZA

### 1. CARACTERIZAÇÃO SOCIOECONOMICA

Segundo os membros da comunidade, o rio Gombela divide a comunidade em duas partes sendo, Malanza cima e Malanza baixo, ambos de etnia dos angolares. No extremo sul, ainda existe uma comunidade de descendentes de caboverdianos. A população defende que estas duas etnias não se misturam.

#### 1. Demografia e infraestruturas sociais saúde e educação

De acordo com o censo realizado em 2012, 493 habitantes viviam em Malanza, dos quais 263 eram homens e 230 mulheres. A estrutura etária atual da população residente nas comunidades costeiras alvas do projecto é bastante jovem, própria de áreas com um nível de fecundidade ainda bastante alto, situando-se o número médio de filhos por cada família em 6, o que provoca certamente pressões sobre os serviços sociais, nomeadamente, sobre o parque escolar, os serviços sanitários, o emprego, a habitação, os centros de lazer, etc.

A comunidade não possui a eletricidade da rede da EMAE, todavia existe um gerador de energia suportado pela empresa.

Não possui nenhuma infraestrutura escolar (com excepção da construída no âmbito das acções do projecto WACA). Uma das casas sociais contruída pelo governo é onde funciona um jardim de infância, único estabelecimento escolar existente na comunidade. Todas as crianças na idade escolar deslocam-se a vila de Porto Alegre.

Toda a população vive em casas construídas de madeira, coberta de chapas de zinco, uma pequena parte da população fez um revestimento de chapas de zinco em suas habitações algumas em avançado estado de degradação. Grande parte das habitações possui apenas um ou dois compartimentos, onde vivem numerosas famílias.

Existe na comunidade uma infraestrutura de posto de saúde, mas que não goza da presença dos técnicos de saúde, nem tão pouco medica nem medicamentosa.

## 2. Água e saneamento de meio

A população não tem água canalizada em casa e aquela que consomem não é tratada. A água consumida pela população provem de reservatório construído rio Gombela, a água não sofre tratamento para ser considerada de potável, mas a população faz a sua utilização para o consumo.

Não existe saneamento de meio nas habitações, Mais de 95% destas habitações não possuem infraestruturas sanitárias, fazendo com que a defecação ao ar livre tornasse num hábito junto destas comunidades, passando de adultos para os mais novos, com todas as consequências sociais e ambientais que o mesmo acarreta. Não existe serviço de recolha de lixo, a população atira o lixo produzido em casa nas redondezas na zona de mato das casas.

## 3. Meios de subsistência

Os homens dedicam-se as pescas, com pequenas embarcações que utilizam o remo e também a agricultura. As senhoras dedicam-se a vender os peixes e alguns produtos agrícolas que compram nas parcelas dos agricultores.

A empresa Agripalma que se dedica ao plantio tratamento de plameira que posteriormente transformação de óleo de palma destinada sobretudo a exportação absorve cerca de 35 % da mão de obra local de ambos os sexos, apesar de ter clara a divisão sexual de trabalho, sobretudo da população jovem.

No corredor da comunidade pode se encontrar dois pequenos comércios que abastecem a população com os produtos importados, sobretudo alimentar.

## 4. A perspectiva da população face ao problema de inundação

Com base em observações e comunicação com a população local, a hidrogeomorfologia. Os problemas das pessoas que vivem na aldeia foram priorizados da seguinte forma:

No início, inundações vindas do mar e do Rio Gombella, ambas com impacto semelhante em as comunidades locais. Os eventos de inundações do mar ocorrem geralmente duas vezes por ano, especialmente durante Junho e Julho, e duram cerca de 3 dias.

Inundações provenientes do rio ocorrem geralmente em Novembro e Dezembro, com uma frequência média de 1 ou 2 vezes por ano e duram cerca de 2 ou 3 dias (comunicação pessoal, chefe de praia). A partir destes números, é possível estimar que (parte de) a aldeia é inundada durante cerca de 10 dias por ano.

Na segunda erosão costeira, que tem lugar ao longo de toda a linha de costa, onde Malanza está localizada. De acordo com a memória dos habitantes locais, a praia tem sido retirando-se com uma taxa de mais de 1m/ano nos últimos 50 anos.

## 2. CARACTERIZAÇÃO DA VULNERABILIDADE E RISCOS DA COMUNIDADE.

As zonas costeiras sempre foram caracterizadas pelo predomínio do grupo social denominado angolares, cuja etnogénese está carregada de controvérsias. O maior espaço geográfico-étnico dos angolares situa-se nas zonas costeiras, com a predominância no litoral Sul, onde Malanza se encontra situada.

A constante e crescente pressão sobre os recursos disponíveis e sobre o meio ambiente tornarão cada vez mais precárias as condições de vida da população costeira, fazendo com que a maioria das habitações construídas pelos habitantes destas áreas fosse feita de madeira de muito baixa qualidade, e os compartimentos das habitações totalmente inadequados à uma verdadeira sobrevivência humana.

A maior parte das casas foram construídas em locais inadequados, o que as torna numa ameaça para as pessoas que vivem nas mesmas, tendo em conta a intensidade e a frequência com que tem vindo a acontecer os fenómenos extremos relacionados com as mudanças climáticas.

A maioria das habitações está construída em zonas de riscos, associadas às inundações marítimas, pluviais, fluviais, desabamento de terras, entre outras.

Estudos geomorfológicos e dinâmicas costeiras e opções vegetativas para protecção costeira da comunidade de Malanza foram realizados pela empresa DELTARES em 2012, na primeira fase do projecto de adaptação.

A DELTARES utilizou modelos numéricos para elaborar mapas de inundações e de erosão costeira tomando em consideração diferentes períodos de retorno e cenários de mudanças climáticas. Os mapas de riscos produzidos e a modelagem numérica mostraram, que os efeitos das mudanças climáticas incluindo o aumento do nível do mar, aumento da precipitação, levará ao aumento das inundações, aumento da erosão costeira, assim como o aumento dos fenómenos de desabamento de terra.

A DELTARES utilizou a ferramenta Delft-FIAT (Flood Impact Assessment Tool). Para estimar os danos económicos a serem causados pelos fenómenos extremos ligados às mudanças climáticas na comunidade de Malanza, e concluiu que os danos económicos directos, ligando-os aos perigos por meio de funções de vulnerabilidade para diferentes tipos de ativos são iguais nesta comunidade aos de Santa Catarina e Praia Burra, cujos estudos foram feitos em simultâneo:

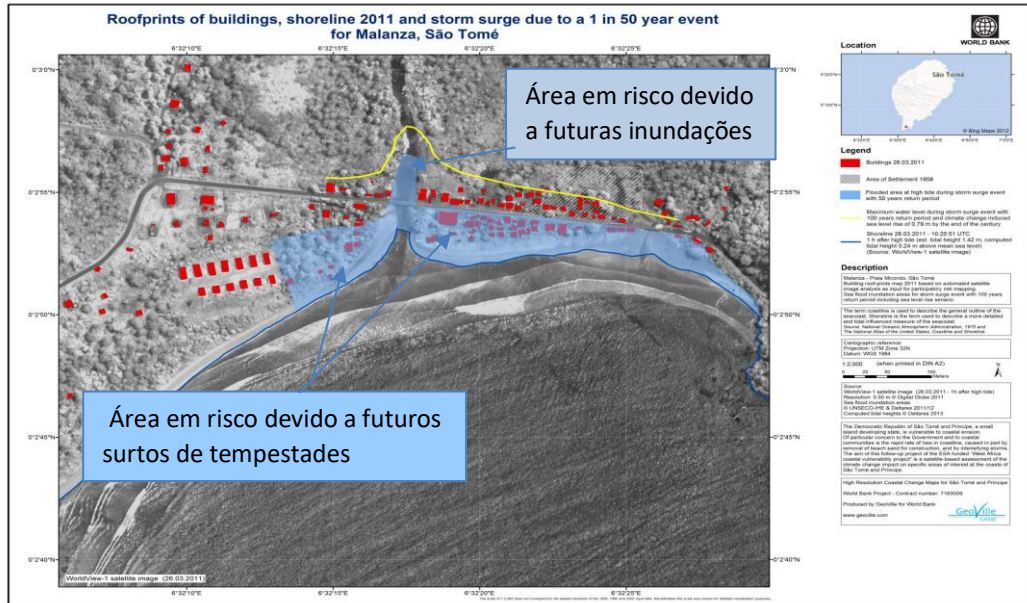
1. Os danos indirectos causados pelas inundações (por exemplo, interrupção das actividades económicas) foram estimados em 20% dos danos directos. Os danos causados pela erosão costeira foram calculados pela multiplicação da perda de terra por um valor estimado da terra por metro quadrado. Os resultados foram derivados para os horizontes de planeamento actual e futuro. O número de pessoas potencialmente afectadas a cada ano por inundações de 10 e 50 cm de profundidade também foi calculado, tendo concluído em perdas económicas em vários milhões de euros e perdas sociais extremamente importantes em milhares de pessoas que ficarão afectadas.

1. CARTAS

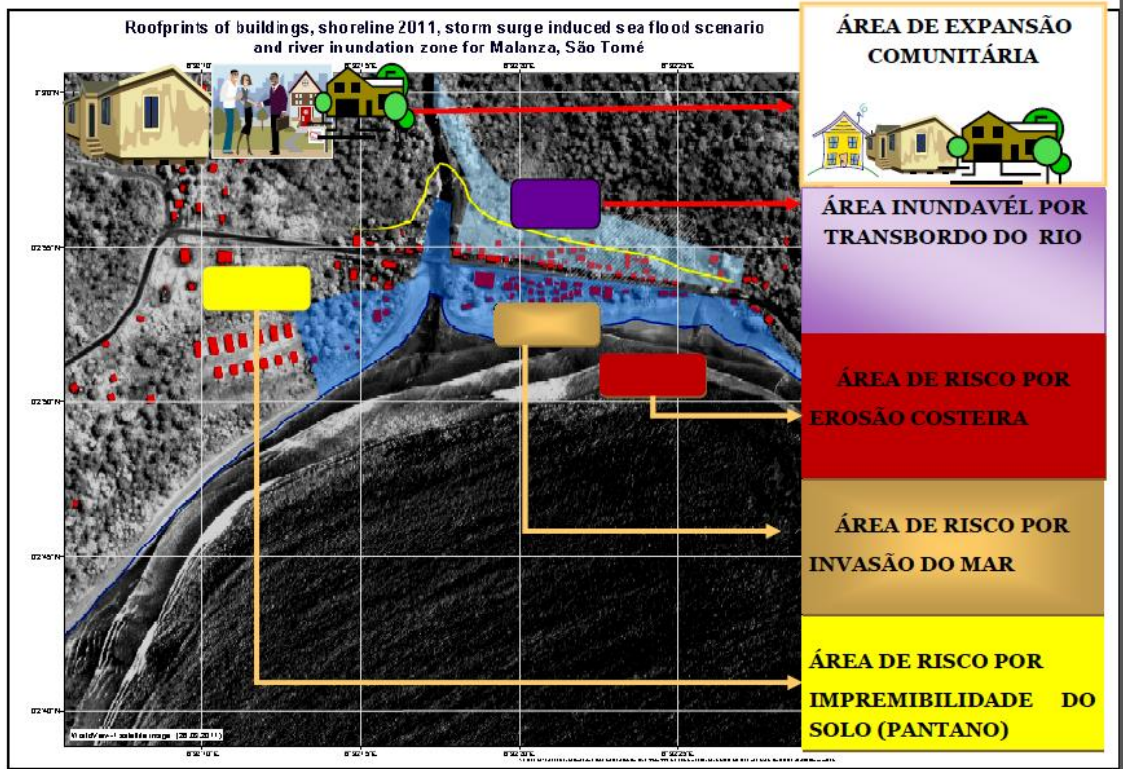
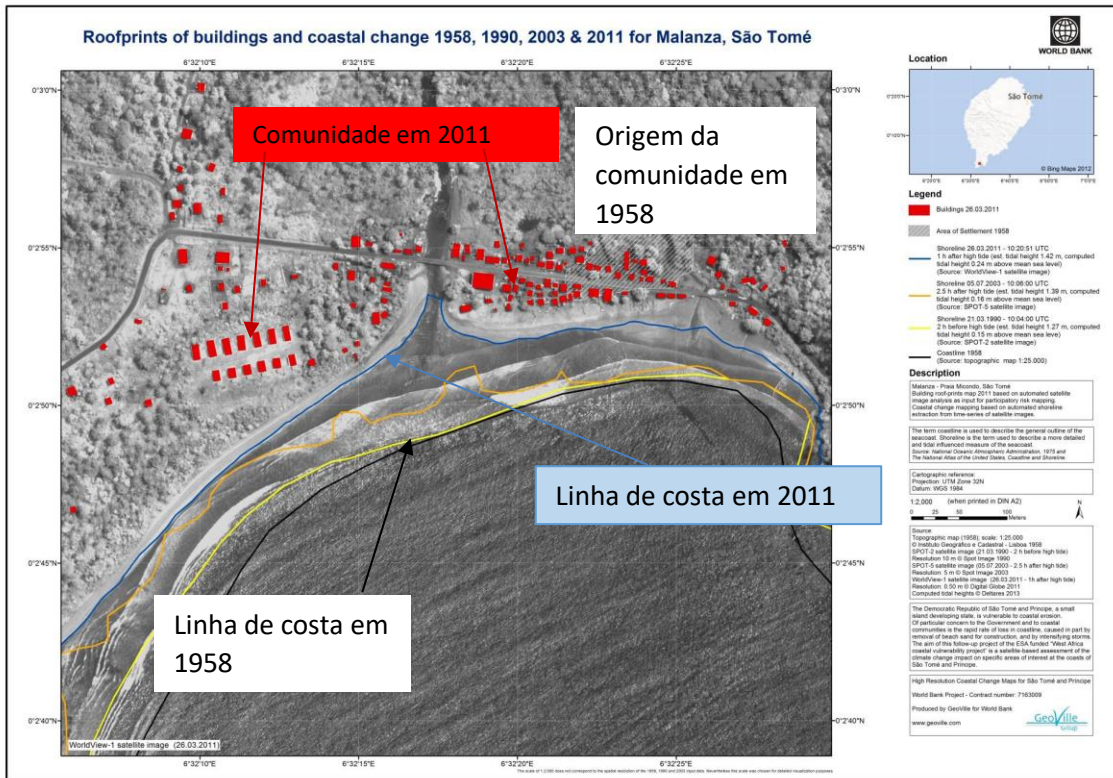
A comparação de mapas topográficos dos anos 50 com imagens de satélite de alta resolução ajudou a determinar alterações na expansão (e exposição) dos povoados e na taxa de retirada da linha costeira. Para esta comunidade, a costa tinha recuado mais de 100 metros em 60 anos

Mas a exposição também tinha aumentado com a expansão das habitações perto da praia e das zonas propensas à pedra

1. A zona actual, com a localização das casas que se encontram na zona de riscos



1. mapa sobre potenciais riscos de erosão no passado no presente e no futuro



No mapa acima mostra-se a:

Área de expansão proposta delineada e convertida de terreno rural para terreno urbanizado

Lotes destinados aos lares mais vulneráveis da praia, aos quais são então dados direitos formais aos novos lotes

A deslocalização para a área de expansão é voluntária - não é dada qualquer compensação.

Os agricultores que anteriormente utilizavam a área de expansão são compensados pela perda de bens (árvores de fruto, culturas) e recebem parcelas preferenciais na área de expansão

Foi preparado um Plano de Acção de Reinstalação para as pessoas afectadas na área de expansão

## 2. processo de elaboração e aprovação dos Planos Abreviados de Reassentamento (RAP)

### 1. Impactos do Projecto Relacionados com o Assentamento

Conforme mencionado acima, certos subcomponentes do projeto no componente 3 podem exigir aquisição de terrenos e, portanto, causar perdas de ativos que precisam ser compensados. O próprio WACA não antecipa a realização de reassentamento físico, mas sim facilitará o processo de tomada de decisão relacionado à deslocalização potencial para as comunidades que decidem que é a melhor alternativa para eles e, nesse contexto, um Plano de Acção de Reassentamento (abreviado) (RAP) deverá ser preparado de acordo com as diretrizes deste RPF. O RAP abrangerá a aquisição de terras para as áreas de expansão, ou pólos de crescimento, a serem criadas para as comunidades que desejam se mudar para um terreno mais seguro, bem como quaisquer outros aspectos sob OP 4.12.

Em primeiro lugar foram realizadas consultas públicas com a comunidade para apresentara situação e necessidade de realização do RAP. Uma vez que os processos de consultas com as comunidades (com alto risco de inundações com base em experiências passadas) foram iniciados para discutir perfis de risco e mapeamento de vulnerabilidades, e se as comunidades desejam se mudar, passou-se para fase de encontrar áreas de terra mais seguras em áreas para garantir a expansão e examinação das mesmas.

No entanto, depois de identificadas e tendo em conta que pertencia a Pessoa Afetadas pelo Projeto (PAP) são proprietários legítimos, teve que se tomar em consideração que qualquer aquisição de terreno e compensação relacionada devia ser feita com base em um RAP. Um RAP foi preparado para área de expansão segura e contou com a participação de toda a comunidade e foi consultado e aprovado a nível local (PMU) e nacional e pelo Banco e posteriormente publicado localmente e pelo Banco.

### 2. Descrição do plano de reassentamento

Este exercício de mapear as famílias vulneráveis que irão se estabelecer nas áreas seguras é resultado complementar do Plano de ordenamento Costeiro das Comunidades de Malanza que estabelecia as regras e orientações que deveriam obedecer a ocupação, uso e transformação do solo no âmbito do plano pormenor para o Ordenamento Costeiro.

O presente plano deve consultar o quadro de reassentamento involuntário do projecto, a política do Banco Mundial sobre a Matéria OP4.12 e a legislação nacional como base. Pretende-se descrever com mais detalhes os agregados afetados, de acordo com o contexto, sua subsistência, idade situação familiar os sentimentos perante a inundação.

O processo de ordenamento para acolher as pessoas em situação de risco resultará na perda de acesso a terra por parte de dois indivíduos na comunidade de Malanza que perderão aproximadamente 80% da terra cultivada.

Tendo em conta que essas pessoas Afetadas pelo Projecto (PAP) têm nível de instrução relativamente baixo torna muito difícil identificar outro meio de subsistência para substituir o actual, ser-lhe-á proporcionado a possibilidade de continuarem a ser detentor de uma parte das parcelas para continuarem as suas actividades agrícolas, tendo em conta que grande parte deles dependem do acesso a terá como fonte de rendimento.

### 3. Descrição dos impactos sociais

O local proposto para ordenamento costeiro está situado na Vila de Malanza no distrito de Caué. Todos os terrenos que serão afetos ao projecto pertencem aos indivíduos que receberam uma concessão nas mãos do estado com o objectivo cultivar.

Os proprietários possuem nível de escolarização bastante baixo, por outro lado, os proprietários das terras afectadas declararam que dependem destas terras como fonte de rendimento e que possuem os terrenos há mais de décadas.

São detentores de um título provisório do terreno destinado a cultivo agrícola. Não foram identificadas quaisquer habitações nem quaisquer melhorias a nível de infraestruturas imóveis na parte do terreno que será usada.

Um dos riscos fundamentais da reinstalação ou deslocamento de pessoas, prende-se com a falta de terra para substituir as parcelas perdidas, o que muitas vezes geram insegurança alimentar, insegurança de rendimento o que impulsiona os agregados familiares afectados para uma situação ainda mais pobres do que já eram.

As melhores práticas determinam que as PAP sejam compensadas pela perda de bens ou de culturas e que se devem envidar esforços no sentido de restaurar a capacidade de obtenção de rendimentos das mesmas, a qual, no mínimo, deve ser mantida.

As melhores terras disponíveis para cultivo em STP têm se tornado cada dia que passa, cada vez mais e escassa, por isso a opção de encontrar terrenos alternativos para estes PAP impraticável, embora se reconheça que seria a mais aceitável se tornou inviável.

No sentido, de evitar que empobrecimento imediato ou a longo prazo destas famílias seja uma realidade incontornável, propôs-se uma compensação adequada para cobrir as perdas de todas as culturas e aconselhar às PAP a encontrar formas de compensar a perda de rendimentos através de uma melhoria de competências e de outros bens que possibilitem a geração de rendimentos, sobretudo investir na parte da parcela que ainda dispõem.

### 4. Reunião de auscultação pública

Foram realizadas varias reuniões com as pessoas afetadas pelo projecto, dentre elas, destaca-se aquela efetuada na presença dos vereadores das Camaras Distritais, membros dos comités de ricos das diferentes comunidades e dos responsáveis para apresentação de queixa.

Durante estas reuniões, alguns aspectos essenciais foram afluídos, como:

1. Explicação dos procedimentos que serão usados para medir as lavras tendo em conta a percentagem afetada pelo projecto;

2. Explicação do processo de apresentação de queixa e a indicação do elemento da comunidade responsável pelas PAP;
3. O preenchimento dos questionários sobre das características socioeconómicas dos agregados familiares de cada uma das PAP
4. Explicação do processo de indemnização e modalidade de pagamento que seria através de cheques.
5. O Processo de realização dos cálculos para atribuição das compensações
6. O trabalho de acompanhamento (monitoria) que será realizado.

1. Medição no terreno

Com base no Plano de Ordenamento Costeiro de cada comunidade, foram identificadas as parcelas e as áreas propostas para implantação da zona de urbanização. Assim foram marcadas as áreas com cultura que seriam afetadas, acrescentou-se as áreas um espaço de mais 5 metros tendo em conta os possíveis impactos durante o desbravamento e construções dos posteriores imóveis.

Cada um dos proprietários das parcelas identificaram as fronteiras das suas parcelas, foram contabilizadas todas as culturas existentes nas parcelas.

2. Questionário

Foram realizadas entrevistas individuais com cada agregado familiar, a fim de obter os dados relativos ao mesmo, as habilitações literárias dos seus membros, as fontes de rendimento, e outros aspectos relativos às suas formas de sustento. Se possuía outra parcela e perspectivas para utilização da compensação.

3. Cálculo das perdas directas

O cálculo das perdas directas e de compensação foram realizadas com base nos preços de venda das diferentes culturas no mercado nacional, como se encontra plasmado na tabela de custo no anexo 3 deste documento. tendo em conta a tabela praticada no país, pelo Ministério da agricultura ,

Tendo sido contabilizado, uma a uma, todas as culturas existentes em cada parcela usando de acordo com o valor atribuído a cada uma das culturas a operacionalização foi de multiplicar os preços pela quantidade das culturas e estabelecer o valor de compensação final para cada um dos PAP.

4. Estimativa da indemnização e apoio em termos de assistência/restauro das formas de sustento

A perda de parcela de terra de cultivo produz impacto visível nas vidas das PAP na medida que deixarão de ter uma fonte de rendimento e uma deslocação económica que pode nalguns casos gerar perturbação nas formas de sustento.

Essencialmente, a reinstalação pode resultar numa rotura da capacidade de gerar rendimentos ou das estratégias de sustento, como é o caso dos que dependem das culturas agrícolas como fonte de subsistência. Muitas vezes, a restauração dos fluxos de rendimentos e outras formas de sustento perdidos durante a reinstalação das pessoas afectadas por um projecto é difícil de quantificar, sendo, muitas vezes, ignorada.

O objectivo primordial deste plano é o de garantir que as formas de sustento das pessoas afectadas pelo projecto, e os seus níveis de vida, sejam restaurados ou até mesmo possam melhorar relativamente ao que eram antes.

A fim de alcançar este objectivo, foram propostas as seguintes medidas de indemnização:

5. Indemnização por perda directa das culturas



Foi pago uma compensação pela perda das culturas existente nas áreas afetadas pelo plano. Esta compensação foi calculada de acordo com o preço das culturas vendidos no mercado local.

Os PAP tiveram direito as plantações que forem derrubados para fazer o uso pessoal. Os agricultores são os responsáveis dos terrenos até a data que forem atribuídas as compensações.

Por isso, fora compensado por custos directos incorridos ou pela perda de oportunidades de obtenção de rendimentos.

#### **6. Restauro de formas de sustento.**

Num processo como este a primeira ação do projecto, foi de tentar encontrar terras próximas para atribuir aos PAPs, como não se encontrava esta disponibilidade, foi-lhes atribuído a compensação por espécie. Os PAP ficou com uma parte da parcela para ser cultivada, propõe-se que lhes sejam atribuídos novos viveiros para efetuarem novas plantações, nas áreas que ainda detêm. Este processo foi executado em articulação com o Ministério da Agricultura e com base na indicação de como devem ser instaurados os novos viveiros.

#### **7. Execução**

A Unidade de Gestão de Projecto através do responsável de salvaguarda social teve a responsabilidade de realizar este plano que incluiu efetuar o levantamento e quantificação das culturas que foram afetadas pelo projecto, cálculos dos valores previsto para o pagamento de compensações, organização de reuniões de auscultação pública, preparação e distribuição dos acordos de transferência de direitos termos de compromisso.

A UGP do WACA foi a entidade responsável pelo pagamento de todas as compensações as PAP.

#### **8. Procedimento de apresentação de sugestão, reclamação e opinião**

Antes de qualquer actividade de construção a ocupação do espaço ser iniciada, todas as PAP devem ser devidamente compensadas de acordo com o quadro de politica de reassentamento existente no país. Em particular a tomada das terras e ativos relacionados, só podem ocorrer após a compensação ter sido paga e, quando aplicável, quando aplicável, locais de reassentamento e assistência de mudança ter sido aplicada às pessoas deslocadas.

A aquisição de terras em São Tomé e Príncipe tem sido feita em base “consensual”, ou seja, existe ma procedimento de negociação amigável e o pacote de remuneração aceitável aplicado a cada PAP.

No entanto podem ocorrer queixas isoladas ou do grupo, como um ativo negligenciado, mal avaliado ou subvalorizado, insatisfação ou de outra natureza.

Um sistema de reparação de reclamação foi posto em prática para resolver de forma célere os eventuais casos de forma mais amigável possível. A existência de sistema de reclamações ao ajudará a parte lesada a preencher o formulário de queixa e registrar formalmente sua junto a elemento do responsável de reclamação indicado pelos PAP.

Foi definido um mecanismo procedimento para apresentação de queixas adequado a fim de garantir que os indivíduos ou grupos que sintam que não foram tratados devidamente, ou que receberam tratamento injusto, possam resolver as questões.

Ao oferecer meios credíveis e acessíveis que permitam às pessoas afectadas apresentar qualquer queixa que tenham, permite ao projecto lidar com problemas genuínos oportunamente e diminui as possibilidades de queixas constantes e de objeções por parte de intervenientes descontentes.

Dada a dimensão relativamente reduzida do presente projecto, propõe-se o seguinte mecanismo para lidar com qualquer queixa que surja.

Passo 1: A queixa é apresentada por escrito aos representantes das PAP que foi eleito na reunião participativa com a comunidade. Se a queixa não puder ser resolvida nesta altura entre os agricultores, passa-se então ao Passo 2.

Passo 2: A queixa é avaliada por um comité responsável pela análise das queixas, formado por:

1. Um representante da Unidade de Gestão Projecto.
2. Um representante do Comité de Gestão de Risco
3. Um representante eleito pelas PAP de cada comunidade em questão.

O comité responsável pela avaliação das queixas apresenta as suas conclusões ao queixoso dentro no prazo máximo de 15 dias.

Se após este processo não tiver sido encontrada uma solução e o queixoso sentir que o problema que originou a queixa não foi devidamente tratado, em último recurso assiste-lhe o direito de levar a questão a tribunal.

### **1. Monitorização**

Foram realizadas acções de acompanhamento aos PAP par avaliar os acompanhamentos da aplicação das compensações.

Os resultados obtidos permitiram perceber que as formas de restauro das formas de sustento foram alcançadas.

### **2. Características socioeconómicas dos PAP**

#### **1. PAP 1**

É viúva, tem dez filhos, sete deles vivem ao seu cuidado, um está na cadeia. Dos filhos que vive consigo, um deles é vianteiro, os outros dependem exclusivamente do rendimento dela. Vive numa casa de que pertencia ao marido (falecido) com poucas condições de habitabilidade, a casa não tem energia eléctrica. A família ó faz duas refeições por dia sendo o pequeno almoço e o jantar. O seu rendimento provem da venda de coco, fruta pão, banana que extrai do lote. Tem uma perspectiva para a recompensa, indicou que não pretendia ceder todo o terreno e considera que vai investir mais na área que ficará a sua disposição. Com uma parte de dinheiro vai fazer o esforço para retirar o seu filho da Cadeia central para lhe ajudar a cultivar a terra.

Perdeu aproximadamente 75% da área total que cultivada.

#### **2. PAP 2**

É um agricultor que também trabalha como cobrador de autocarro na Camara Distrital de Caué, tem 6 filhos, todos na idade escolar vivendo todos ao seu cuidado.

Vive numa casa com poucas condições de habitabilidade sem luz eléctrica, sem casa de banho. O rendimento que dispõe não proporciona a sua família condições para fazer as três refeições diárias. Diz ainda, que só esta a fazer a negociação por se tratar de salvaguardar os interesses sociais, uma vez que não aceitou negociar com a Agripalma que lhe queria comprar a parcela por um valor muito baixo.

Perdeu aproximadamente 75% da área total cultivada.

#### **3. ACOMPNAHAMENTO E MONOTORIZAÇÃO DOS PAPS**

Depois de receberem a compensação a equipa do projecto WACA através do responsável pela salvaguarda social deu uma pequena formação aos dois beneficiários sobre a gestão de pequenos rendimentos.

Esta formação permitiu auscultar os PAP para saber o que pretendia fazer com a compensação recebida, serviu para encorajar os mesmos na escolha de melhores decisões a tomar e como fariam para retirar o melhor proveito da compensação.

As questões de melhoria das condições de vida dos agregados familiares não são lineares tendo em conta que cada um tem a sua perspetiva de vida do que é condições de vida.

#### **4. No caso do PAP 1**

No caso da senhora, a pesar da formação, tendo em conta que tinha um filho detido na cadeia central por ter cometido um pequeno delito, a sua primeira acção foi a de pagar fiança para garantir a liberdade do filho da prisão. Para ela este acto era superior a qualquer outra possibilidade económica que a compensação lhe pudesse proporcionar.

Com o restante do valor ela, desenvolveu a plantação de cultura de matabala nos 25% da parte de parcela que lhe restou, investiu na secagem e comercialização de peixe e ainda melhorou parte da sua habitação. O resultado da cultura de matabala foi demorado para dar o rendimento, todavia a comercialização de peixe acabou trazendo algum rendimento para o agregado familiar.

Apesar dos esforços e acompanhamento, a distancia entre Malanza e o mercado de venda na cidade é tão grande que lhe obrigava a pernoitar na cidade capital, o que implica mais encargo financeiro, acabou por tornar inviável este negocio. E consequentemente debruçar apenas na agricultura e envio de produtos para cidade através de outros comerciantes. Acarretando o risco de confiar num terceiro para controlar o transporte do produto e, por outro lado, a frequência desta acção não era solida.

Num resumo a vida de esta, pode se considerar que melhor em vários aspectos, tendo em conta que apazigou o seu coração de mãe, melhorou sua habitação e continuou a pratica de agricultura na parte da área que lhe ficou.

Por outro lado, para garantir a continuidade a busca de renda o projecto incluiu o seu nome na equipa de acompanhamento local com dois elementos do comité de gestão de risco da comunidade para acompanhar as obras de construção, desde a criação da zona de urbanização, passando pela construção da escola e neste momento a construção das casas sociais.

#### **5. No caso do PAP 2**

Antes receber a compensação o PAP estava muito confuso sobre o que na realidade pretendia realizar com o mesmo. Com varias ideias na cabeça e perante um valor que não poderia satisfazer todas elas foi preciso a formação para ajudar o PAP a refazer as suas ideias.

Com a formação o PAP conseguiu estruturar melhor aquilo que pretendia fazer e organizou as acções em função daquilo que poeria melhor contribuir para melhorar o rendimento do mesmo e as condições de vida do seu agregado familiar.

Este como a outra, melhorou as condições da sua habitação aumentando o número de divisões na casa, para atender o aumento de número de filhos. Continuo a desenvolver agricultura na área que lhe ficou ainda sob a posse, introduzindo novas espécies de árvores e desenvolvimento da cultura de matabala e de bananeira. E o seu investimento principal foi a compra de uma embarcação para acompanhar os serviços de turista que pretende navegar pelo Io Malanza, uma atividade que era do seu pai que neste momento se encontra bastante cansado devido o avançar da idade.

Por outro lado, para garantir a continuidade a busca de renda o projecto incluiu o seu nome como fiscal residente para acompanhar as obras de construção, desde a criação da zona de urbanização, passando pela construção da escola e neste momento a construção das casas sociais.

## 6. CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE E CARACTERÍSTICAS DAS PESSOA

1. O processo de identificação dos agregados familiares mais vulneráveis a serem reassentados em Malanza

Após a identificação das habitações localizadas nas zonas de riscos, foi constituída uma equipa multisectorial e multidisciplinar, formada pelos técnicos da Unidade de Gestão do Projecto, UGP WACA, técnicos da Direção das Obras Públicas, técnicos da Direção das Florestas e técnicos da Direção de Agricultura, que em parceria com os habitantes da comunidade de Malanza, percorreram toda a comunidade em busca de local seguro para a construção da zona de expansão da comunidade, no começo do processo antes mesmo de dar inicio o projecto WACA, na fase final do projecto PAMCZC.

Vários parâmetros foram observados, nomeadamente, local menos propenso as inundações marítimas, pluviais e fluviais, menor possibilidade de erosão, menor possibilidade de desabamentos de terras, facilidade de acesso, e proximidade do local onde a população exerce a sua atividade económica, nomeadamente, atividades de pescas.

Após a identificação e aprovação do local, procedeu-se a elaboração de um plano de ordenamento urbanístico do mesmo, onde foram contemplados todas as infraestruturas essenciais que diminuem os riscos da população face aos fenómenos extremos existentes, nomeadamente, vias de acesso, valas de drenagem das águas pluviais e fluviais, postos de energia, redes de abastecimentos de água entre outros.

Para além das casas que serão construídas no local, o plano de urbanização comporta também áreas de serviço, áreas para a construção de infraestruturas sociais, áreas verdes, entre outras infraestruturas necessárias para o desenvolvimento socio económico da comunidade e criação de condições para uma maior atração da população às referidas áreas.

No meio da urbanização, foi preparada a linha de água que atravessa a mesma, de modo a permitir que a população possa utilizar a mesma para os seus afazeres domésticos, como é habitual nestas comunidades, nomeadamente, lavagem de roupas, águas para rega, águas para limpeza dos quintais entre outras utilidades.

- 5.2 Número de pessoas que irão beneficiar das casas sociais e as razões/suas vulnerabilidades

As casas pintadas a vermelho são as habitações que os agregados familiares terão direito a novas habitações, tendo em conta alguns percalços que foram surgindo sobretudo a questão financeira disponível para o projecto, teve-se que se socorrer alguns critérios de elegibilidade.



Inicialmente o projecto previa transferir de forma voluntária todos os habitantes que residem nas zonas de riscos para as Zonas de Expansão Segura. No entanto, ao se elaborar o projecto arquitectónico das habitações sociais a serem construídas nas zonas de expansão segura, constatou-se que o orçamento para a construção cresceu duas vezes e meia, mais do que a previsão inicial. Prevíamos o valor de cada a volta dos seis mil dólares, e o orçamento calculado depois de elaboração do projecto passou para cerca de catorze mil dólares cada casa.

A estrutura da casa contempla dois quartos, uma sala e uma varanda, e um anexo onde está localizada a cozinha e a casa de banho.

Neste sentido, decidiu-se reduzir o número de habitações a serem construídas nesta fase do projecto.

Para o efeito a UGP WACA decidiu trabalhar com os habitantes de cada comunidade alva do projecto WACA, de modo a que fosse a mesma comunidade a seleccionar os futuros beneficiários das casas a serem construídas, nomeadamente, 12 casas em Malanza, 6 em Iô Grande, 7 em Micoló, 25 em Santa Catarina, 20 em Praia Burra e 10 na comunidade de Abade.

Para a selecção dos beneficiários acima, foram definidos os seguintes parâmetros:

1. Casas localizadas mais ameaçadas pelas inundações marítimas, isto é, as localizadas mais perto do mar;
2. Famílias consideradas vulneráveis das vulneráveis;
3. Mulheres chefes de família, viúvas ou sem marido;
4. Pessoas idosas sem meios económicos de sobrevivência;
5. Deficientes físicos;

## 6. Outros parâmetros ligados a pobreza analisados pela população

Com base nos parâmetros acima definidos, a população da comunidade de Malanza reuniu e por consenso seleccionaram os habitantes que consideraram preencher os requisitos propostos para beneficiarem de uma habitação na zona segura.

Após a selecção, a equipa da UGP WACA deslocou-se às referidas comunidades e voltou a reunir-se com todos os habitantes que participaram na selecção, para certificarem os nomes, e certificar na carta as habitações que foram seleccionadas. O projecto WACA juntamente com a população da comunidade de Malanza, identificou os principais riscos e ameaças que comunidade enfrenta, tendo concluído os seguintes:

1. Riscos sobre inundações fluviais causado pelo Rio Gumbela que atravessa e tem a sua foz na comunidade, assim como das várias nascentes que provêm das zonas altas a volta da comunidade;
2. Inundações pluviais, causadas por fortes chuvas que assolam a área e que devido a proximidade da comunidade com a costa e as diversas linhas de água existentes, aceleram a acumulação de águas paradas na comunidade;
3. Inundações marítimas causadas pelas, fortes e cada vez mais constantes turbulências marítimas;
4. Desabamentos de terras, originadas pelas chuvas e áreas inclinadas que se situam a volta da comunidade;
5. Erosão costeira, causada pelas fortes ondas e turbulências marítimas.

Todas estas ameaças foram cartografadas numa carta da comunidade e colocadas em lugares públicos, e os membros dos Comités de Gestão de Riscos, sensibilizaram a população a não construírem as suas habitações nas chamadas zonas de riscos que foram identificadas.

Com a identificação das áreas de riscos, conclui-se que, as áreas mais ameaçadas na comunidade, eram todas aquelas que se localizavam perto das costas, incluindo as habitações localizadas nas mesmas.

Necessário se torna a salientar que as habitações localizadas nestas áreas são feitas de materiais extremamente frágeis, pondo em perigo a vida das pessoas que habitam nas mesmas.

### 5.3 característica dos agregados familiares que beneficiarão das casas

A população de Malanza seleccionou por consenso 12 famílias beneficiárias. Destas famílias, três são senhoras chefes de família e 8 são do sexo masculino que vivem em união de facto com as suas esposas e uma idosa que vive só.

O número médio de pessoas que vivem em cada habitação é de 6 pessoas, sendo 4 crianças com idade que varia dos 5 aos 15 anos de idade.

As habitações seleccionadas são precárias, com dois quartos, sem cozinha, nem casas de banho. As outras de percentagem embora limitada são de apenas um compartimento.

A quando da realização da última missão de inquérito de levantamento das 12 famílias seleccionadas em Malanza, estão constituídas por 53 pessoas, sendo 28 do sexo feminino e 25 do sexo masculino. Na altura 32 eram crianças na idade escolar e enfrentavam a escola outros na zona de Porto Alegre e outros na escola improvisada de na comunidade de Malanza.

A tabela abaixo apresenta a lista das famílias seleccionadas para beneficiarem de habitações.

Comunidade de Malanza									
Lista das casa situadas na zona de risco									
IDENTIFICAÇÃO			Utilidade da habitação	Tipo e construção	Agregado familiar				Vontade de sair voluntariamente
Nº	Nome do proprietário	Idade	Condição familiar		Adultos	Crianças	Divisão por sexo	Total	
1	António Albino dos Anjos	60	União de facto	Res. Madeira	2	3	2M 3F	5	SIM
2	Leonel Fernandes	42	União de facto	Res. Madeira	1		1M	1	SIM
3	Helena José Azancotti	40	Mulher chefe de família	Res. Madeira	2	3	2M 3F	5	SIM
4	Lino José	65	União de facto	Res. Madeira	3	2	2M 3F	5	SIM
5	Luís Soares (Dey)	34	União de facto	Res. Madeira		2	2M	2	SIM
6	Justino José Azancotti	54	União de facto	Res. Madeira	2	5	4M 3F	7	SIM
7	José Manuel Nascimento	50	Vive sozinho	Res. Madeira	1		1M	1	SIM
8	Gabriel Lougindo	62	União de facto	Res. Madeira	2	3	3M 2F	5	SIM
9	Luís José Azancotti	46	União de facto	Res. Madeira	2	4	2M 4F	6	SIM
10	Irene Casimiro	58	Mulher chefe de família	Res. Madeira	3	6	4M 5F	9	SIM
11	Luísa Judite Damião	85	Idosa sozinha	Res. Madeira	1		1F	1	SIM
12	Aurélio António	45	União de facto	Res. Madeira	2	4	2M 3F	6	



Aspectos socioeconómicas dos agregados familiares beneficiários

N	NAME	observação
1	António Albino dos Anjos	Vive com a mulher e dois filhos. Esta reformado do serviço de segurança que prestava na empresa Agripalma, por seu turno a mulher recolhe lenha e frutas na roça para alimentar a família. Vivem no agregado familiar mais três filhos, nenhum deles na idade escolar.
2	Leonel Fernandes	Vive sozinho, a sua habitação desabou há poucos meses, encontra neste momento a viver com um familiar. O seu meio de subsistência é camponês.
3	Helena José Azancotti	Trata-se de uma mulher chefe de família, que vive com mais quatro filhas. Trabalha na empresa agripalma. Todas estudam em porto alegres frequenta a escola na comunidade de Porto Alegre.
4	Luís Soares (Dey)	Vive com a mulher e o casal ainda não tem filhos. Tem uma pequena mercenária de venda de produtos alimentares.
5	Lino José	Vive com a companheira e mais dois netos, trata-se de um pescador reformado que hoje vive da recolha que faz na sua pequena parcela. A sua habitação está em avançado estado de degradação, não possui luz elétrica.
6	Justino José Azancotti	Um casal com cinco filhos, o homem é pescador e a mulher palaiê e trabalha no agripalma.
7	José Manuel Nascimento (faleceu)	Neste momento vive um estudante nessa habitação. Os pais vivem numa habitação precária com outros cinco irmãos.
8	Gabriel Lougindo	Pescador vive com o filho que neste momento tomou a mulher, faz com que neste momento o agregado familiar é de 7 pessoas
9	Luís José Azancotti	Vive com a mulher e mais quatro filhos, é pescador de profissão a mulher trabalha na empresa agripalma
10	Irene Casimiro	Vive com o Marido e duas filhas não tem uma fonte de renda específico, faz pequenos objetos para vender. A mulher é doméstica e vão a roça arranja alimentos para a sobrevivência da família.
11	Luísa Judite Damião	Viúva sem rendimento e sem meios para deslocar para encontrar alimentos, não tem filhos vivendo consigo, a sua sobrevivência depende das pessoas de boa vontade. A sua casa é um cubículo que se resume num só quarto
12	Aurélio António	Vive com a mulher e mais quatro filhos na idade escolar, não tem um rendimento regular.

6. MECANISMO DE GESTÃO DE SUGESTÃO, RECLAMAÇÃO E QUESTÃO EXISTENTE

## 6.1 Enquadramento

1. No âmbito da implementação do projecto WACA – Projecto de Investimento em Resiliência das Áreas Costeiras da África Ocidental em São Tomé e Príncipe.
2. Uma das exigências do Banco Mundial é a existência de um Mecanismo de Recepção de Reclamações e Sugestão em relação as actividades do projecto

### 6.2 O MRRS é um sistema criado para

1. Responder as perguntas
2. Esclarecer questões
3. Recolher sugestões
4. Resolver problemas de implementação
5. Responder as reclamações

Sobre as actividades de implementação do projecto WACA em São Tomé e Príncipe

### 6.3 Implementação do MRRS

O UGP/WACA é responsável pela gestão e implementação do MRRS, com apoio das Camaras Distritais e secretaria Regional do Ambiente e dos membros da comunidade devidamente identificados



### Níveis de implementação do MRRS

#### 6.4 Procedimentos:

1. Passo 1: Recolha das sugestões e reclamações
2. Passo 2: Registo e categorização das sugestões/reclamações

3. Passo 3: Confirmação
4. Passo 4: Verificação, investigação e resolução das reclamações
5. Passo 5: Implementação das acções acordadas
6. Passo 6: Monitoria e Avaliação

#### PASSO 1: RECOLHA DAS SUGESTÕES E RECLAMAÇÕES

1. Colocação na caixa de reclamação e sugestão
2. Entrega por escrito ao comité de recepção de queixas
3. Ou ainda conversando com o comité de recepção de queixas e reclamação

#### PASSO 2: REGISTO E CATEGORIZAÇÃO

1. Meio ambiente: perda de espécies específicas, desmatamento, erosão, contaminação da água, impactos de ruído, tráfego ou presença de lixo...
2. Social: restrições de acesso a recursos naturais, protecção de locais sagrados, disputas de limites ligados aos direitos de uso de terra, aumento da prevalência de doenças (HIV)...
3. Projecto: falta de cumprimento de acordos, problemas com o pessoal do projecto, atrasos na implementação...
4. Improcedentes: não enquadradas no âmbito de influência e competência dos projectos.

#### PASSO 3: CONFIRMAÇÃO

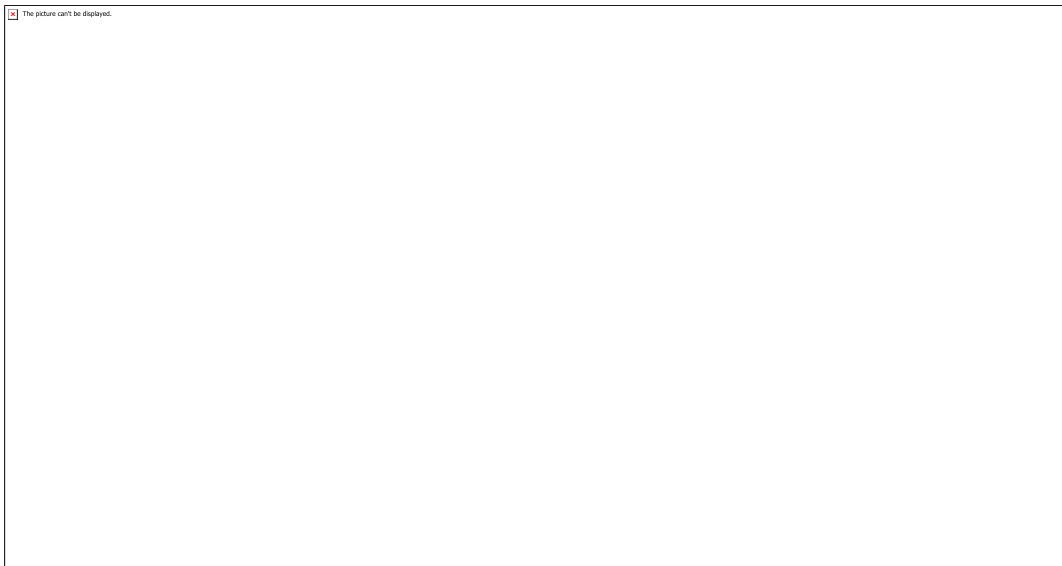
1. No caso de sugestões ou reclamações improcedentes Prazo máximo: 10 dias úteis a partir da recepção do conteúdo
2. No caso de sugestões, consultas ou pedido de esclarecimento Prazo máximo: 15 dias úteis a partir da recepção do  
  
Conteúdo: agradecimento/esclarecimento/acções de seguimento, prazos e processo.  
Caso encerrado com possíveis acções de seguimento
3. No caso de queixas ou reclamações Prazo máximo: 10 dias úteis a partir da recepção  
  
Conteúdo: convocar uma reunião com as partes envolvidas num prazo máximo de 5

dias úteis desde a notificação para procurar solução amigável Responsável: O ponto focal (sms, carta, pessoalmente).

#### PASSO 4: VERIFICAÇÃO, INVESTIGAÇÃO E RESOLUÇÃO

##### 1. Reclamações anónimas

Uma investigação será desencadeada com os outros actores e procura-se uma solução a nível comunitário ou técnico, que será difundida pelos canais de maior difusão na comunidade (rádio comunitária, reuniões ...) e implementada da maneira mais efectiva e que proteja a identidade do reclamante.



Mapa dos actores mecanismo de gestão de sugestão, reclamação

#### PASSO 5: IMPLEMENTAÇÃO DAS ACÇÕES ACORDADAS

1. Os comités de recepção das queixas e o responsável de salvaguardas do projecto junto com os responsáveis do poder local e regional tomarão as acções necessárias para implementar os acordos alcançados dentro de 15 dias úteis contado da assinatura do mesmo.
2. No caso de acordos que requeiram modificações permanentes ao projecto e seus sistemas ou processo, ou medidas que requerem mais tempo ou várias actividades, o acordo incluirá um plano de acção com o respectivo calendário.
3. O acordo deverá também indicar:
  1. • o orçamento necessário
  2. • os actores responsáveis por cada actividade

#### PASSO 6: MONITORIA E AVALIAÇÃO

1. **A monitoria** é o processo de seguimento das sugestões, reclamações e questões de sua resolução que serve para:
2. • Conhecer o número e tipo de reclamações/sugestões para tomar acções proactivas para evitar reclamações futuras
3. • Saber a efectividade do MRRS em termos de: sua utilização (número, tipo, origem de casos, tendências) sua eficiência (respostas e conclusões dentro dos prazos)
4. **A avaliação** consiste em analisar as informações disponíveis sobre as reclamações para tomar decisões estratégicas e operacionais na implementação dos projectos e decisões políticas para evitar acções que ocasionem reclamações similares no futuro.

#### 6.5 Desafios

1. A implementação do MRRS requer uma atenção especial no seu funcionamento:
2. • Distâncias vs Prazos de atendimento;
3. • Nem sempre as pessoas sabem expressar as suas preocupações;
4. • Suporte/continuidade após o término do projecto (sustentabilidade).

#### 5. CONCEPÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DA CONSTRUÇÃO

1. Como a população elegível pôde participar na fase de concepção das casas

Na fase de concepção das casas, o projecto WACA estabeleceu uma parceria com o Instituto de Nacional de Habitação de São Tomé e Príncipe. Esta parceria resultou numa preparação de um inquérito junto aos beneficiários para discutir a tipologia de casa que se iria construir.

Durante o inquérito os beneficiários para além de responder as questões contidas nos inquéritos, tiveram, também, a possibilidade de discutir as vantagens e desvantagens das diferentes tipologias de habitação tendo em conta as suas características culturais e de habitabilidade.

2. Participação dos beneficiários na construção das casas

Nos contractos a serem assinados com as empresas de construção civil responsáveis pela execução do projecto de construção das habitações, irão ficar definidos os mecanismos de integração dos beneficiários no processo de construção das habitações.

Esta integração irá permitir que as habitações sejam feitas de acordo com os anseios das mesmas, e permitirá também que os beneficiários e a população geral das comunidades beneficiárias viam maior proveito com a dinamização do processo de construção nas suas comunidades, fornecendo alguns serviços, tais como alimentação, estadia para os técnicos especializados que vêm de longe entre outros serviços.

3. Quem será responsável pela construção das casas; quem será responsável pela prestação de serviços básicos, tais como água e electricidade e o prazo para o efeito

A responsabilidade da construção das casas é da empresa construtora contratada mediante um processo de licitação aberto, realizado pelos responsáveis de licitação do AFAP com base no TDR preparado pela equipa técnica do projecto WACA, especialmente os Engenheiros civis afectos. O processo de construção teve ainda obdeceu a supervisão de uma empresa contratada com as competências técnicas necessária e experiência na fiscalização das obras.

A empresa de Água e Electricidade responsabilizará pelos serviços de abastecimento de água e energia para as referidas casas, conforme têm feito em todas as zonas que foram urbanizadas no país.

Todos os trabalhos de canalização das águas nas habitações, assim como de instalação da rede eléctrica estarão a cargo da empresa construtora.

O processo de abastecimento de água e energia será feita no final das obras em estreita colaboração com o Governo central, governo local e empresas responsáveis por este serviço.

### A zona de expansão segura



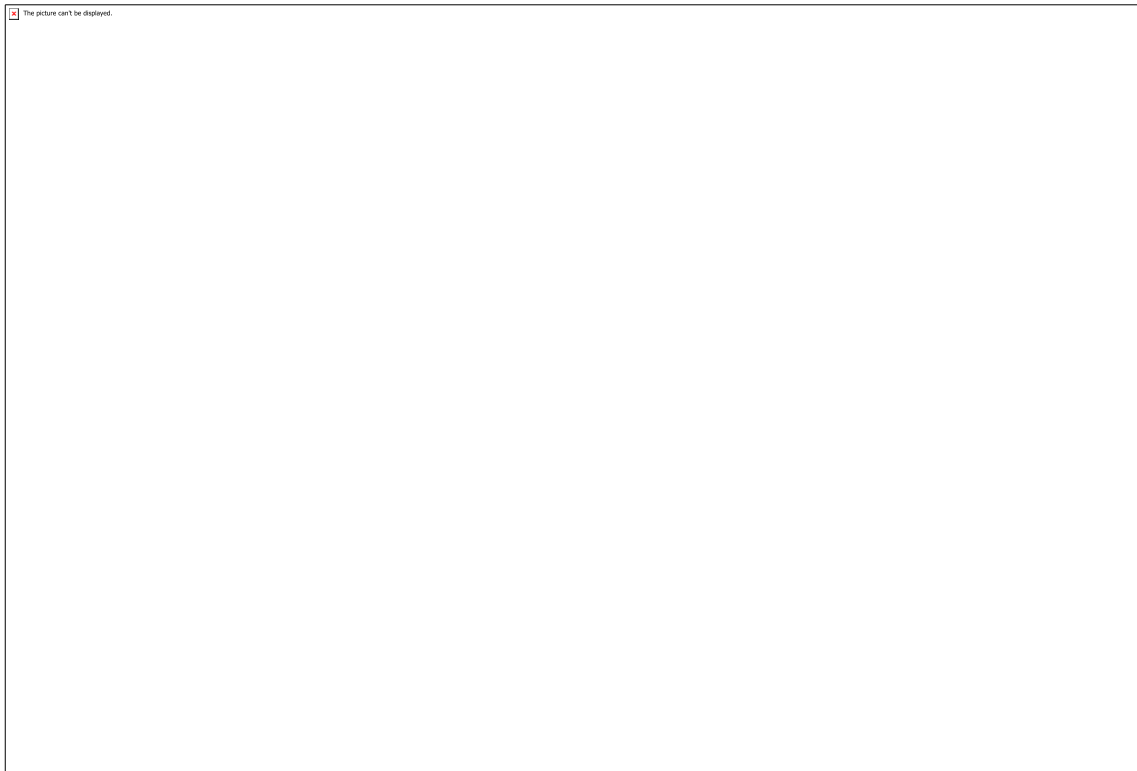
O Mapa em cima apresenta a zona de expansão segura onde se pode encontrar infraestrutura escolar que foi contruída no âmbito do projecto como forma de atrair a comunidade para aquela área. Esta infraestrutura foi uma escolha da população que se reuniu para o efeito. Bem como, as nove habitações destinadas a aquelas pessoas que estão na zona e risco.

Em volta da zona de expansão seguramos temos a zona verde composta sobretudo por árvores de palmeiras da empresa Agripalma destinada para produção de azeite de palma.

O Plano de expansão da área inserida no planeamento contou com abordagem participativa da comunidade para marcar a localização das futuras infra-estruturas públicas (escolas, centro de saúde, zona desportiva, posto policial)

Houve, por outro lado, a visita organizada de doadores para procurar apoio para investir na área de expansão em sectores que o orçamento do projecto WACA não pode cobrir.

Houve, também, a preocupação de se estabelecer uma zonas de risco reveladas e designadas como espaços verdes públicos (noutra comunidade, hotspot Wifi instalado).



## 6. PLANEAMENTO DE ÁREAS ANTIGAS/DA PRAIA

1. Explicar como evitar novas construções; como a praia será utilizada após a mudança

Todas as famílias beneficiárias estão informadas, que após a construção das novas habitações nas zonas de expansão seguras e a transferência voluntária das mesmas, os locais onde ocupam actualmente serão transformadas em áreas de utilidade pública, onde serão utilizadas para outros fins e não habitacionais. Para o efeito, todos os beneficiários

irão assinar um documento jurídico de compromissos a serem assumidos com o Governo, onde garantem que as referidas áreas passarão a ser públicas e destinadas aos novos destinos que o projecto WACA em parceria com outras instituições, (Camaras Distritais, Governo Regional, Direcção do Turismo, Direcção da Cultura, Direcção dos Desportos) etc. irão definir

Por outro lado, uma convenção de responsabilização será assinada entre os beneficiários e o Governo neste sentido. O próprio Governo Central e Autoridades Distritais, também assinarão um compromisso no sentido de fiscalizar as áreas desocupadas no sentido de evitar a reocupação.

O Próprio projecto WACA, em parceria com outras instituições do Estado, darão o novo destino as referidas áreas, logo que as mesmas sejam desocupadas. Necessário se torna a salientar que o projecto WACA possui verbas disponíveis para novos projectos de ocupação pública das áreas a serem desocupadas.

## 7. CONDIÇÕES DOS PAPs

### 10.1 Direito à parcela.

O plano de urbanização elaborado para a comunidade de Malanza para além das parcelas destinadas a construção das doze habitações, haverá outras parcelas que terão como destinatário outros habitantes que residem na comunidade com realce para os jovens a procura de uma primeira habitação.

O critério de distribuição será desenvolvido numa articulação entre a UGP do Projecto e a Camara Distrital de Caúe e os membros da comunidade.

Dentro deste quadro os PAPs estarão na condição de elegível para beneficiar de uma parcela de terra desde que manifestassem o interesse. O lote será acompanhado de um título de propriedade dentro das regras em vigor no país para os beneficiários de terra.

### 10.2 Como os PAP ganham a vida actualmente

No desenrolar do processo de Plano Abreviado realizado para os PAP, no quadro da avaliação socioeconómica e das fontes de rendimentos dos mesmos. Tomou-se em consideração o como o primeiro parâmetro, o facto de continuarem a ter uma parcela de terra onde poderiam continuar a desenvolver a actividade agrícola. Por outro lado, passaram por pequena formação na gestão de pequenos negócios para dar continuidade nos pequenos negócios que iriam desenvolvendo.

Com a compensação ambos os PAP melhoraram as suas condições de vida em termos de habitabilidade, dando melhor conforto as suas habitações.

No que concerne ao modo de vida dos PAP actualmente, deve-se destacar que ambos os PAPs continuam tendo a agricultura como actividade praticando na parte da parcela que ainda dispõem e outras actividade paralelas como criação de porcos. Por outro lado, tendo em conta a necessidade do projecto em manter informado sobre todo o desenvolvimento



dos trabalhos na comunidade, o projecto contratou os serviços dos PAPs como acompanhadores de trabalhos, uma espécie de fiscais residentes nas obras de construção civil na comunidade de Malanza, desempenhado ainda as funções conselheiros na comunidade, sobre a forma de prevenção de crianças e adultos de se aproximarem do local das obras, evitar desvios nas obras, informar a comunidade sobre o evoluir das obras tendo em conta as informações recebidas constantemente da UGP , uma vez que, a distancia não permite que a equipa do projecto se desloque todos os dias as comunidades, o projecto WACA, com um subsidio mensal. A colaboração com o projecto passou a ser a boa fonte de rendimento dos dois PAPs, por ser, uma fonte segura enquanto os trabalhos decorrem naquela comunidade.

Adicionalmente o Aurélio Evaristo com a compensação comprou uma embarcação que faz o acompanhamento dos turistas ao longo do rio Malanza que despões de uma visita deslumbrantes, este é o maior mangal do país e parte do Parque Natural de Obô. É um bom local para observar aves aquáticas, principalmente ao nascer do dia e ao final da tarde. Espécies como ossobô, periquito, conóbia, guarda-rios-malhado ou garça-vermelha podem ser encontradas aí. A observação pode fazer-se desde a ponte sobre o rio Malanza, mas é possível e aconselhável explorar melhor a área de canoa. Após visita ao mangal, de forma a aumentar a lista de espécies observadas, pode ainda visitar-se toda a zona costeira de Porto Alegre, desde as zonas rochosas às bonitas praias de areia.

## 8. EXPLICAÇÃO SOBRE O MODO DE VIDA DAS PESSOAS A SEREM REALOCADAS

Os homens dedicam-se as pescas, com pequenas embarcações que utilizam o remo e também a agricultura. As senhoras dedicam-se a vender os peixes e alguns produtos agrícolas que compram nas parcelas dos agricultores.

As pessoas a serem realocadas não fogem das caraterísticas acima citadas a cima, são pescadores, outros trabalham na empresa agripalma. A Agripalma é uma empresa que se dedica ao plantio tratamento de plameira que posteriormente transformação de óleo de palma destinada sobretudo a exportação absorve cerca de 35 % da mão de obra local de ambos os sexos, apesar de ter clara a divisão sexual de trabalho.

Temos também um casal de jovens que praticam pequeno comercio de produtos de primeira necessidade sobretudo género alimentícios, o marido apesar do pequeno comercio, trabalha para agripalma.

No quadro das pessoas a serem realocadas podemos encontrar ainda idosos que já não tem rendimento que vivem dependentes da ajuda dos filhos que também habitam la na comunidade de Malanza.

### 11.1 Rendimento após realocação

Após realocação as pessoas continuarão a ter o mesmo meio de rendimento que têm hoje, uma vez que a zona destinada a realocação não é distante do local onde estão as hoje as suas habitações.

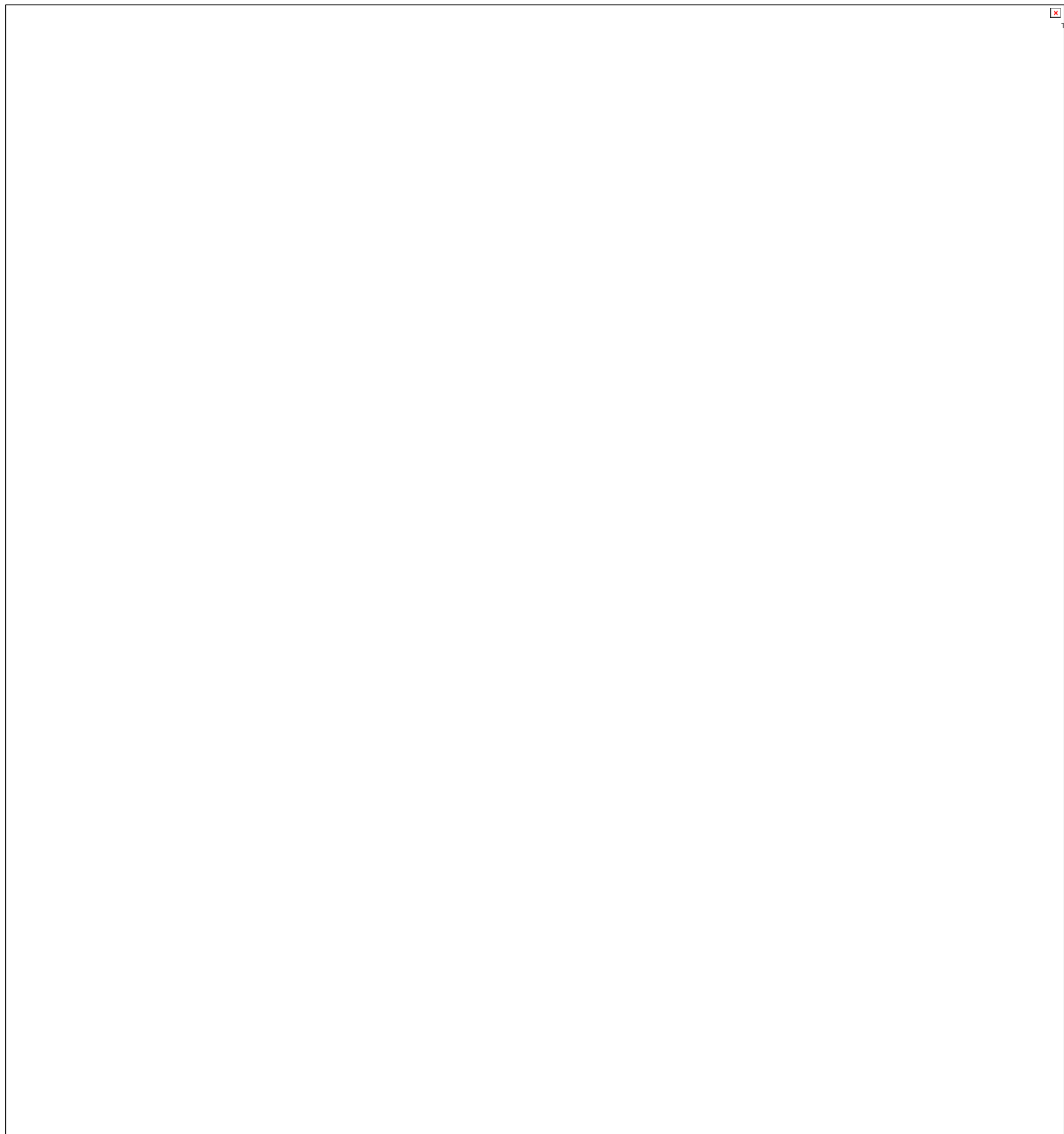
O processo de escolha de terra incluída no plano de reassentamento voluntario elaborado para aquela comunidade para realocação teve como primeiro aspecto a garantia de que os aspectos culturais e economico da população não altera-se.

As fontes de rendimento actual não altera com o reassentamento. A zona de expansão segura garantirá a prática de pequenos negocios para aquele casal de jovens que tem o seu pequeno negocio poderão continuar a pratica desta actividade.

O destino para Agripalma, passa justamente perto do da nova zona de expansão seguro onde estasendo implantado as nova habitações, como tal, aqueles que trabalham na agripalma poderá encontrar a sua vida mais facilitada.

A população escolheu uma infraestrutura social, isto é, uma escola que foi construida de raiz na zona de expansão segura, o que vai facilitar a vida das crianças que se deslocavam até Porto Alegre para frequentar a escola. Com a realocação as crianças estarão a frenquentar a escola muito mais perto das suas habitações o que facilitara a vida dos pais na suas actividades geradoras de rendimentos.

## **ANEXO 1 Títulos de propriedades**





The picture can't be displayed.



The picture can't be displayed.



The picture can't be displayed.

## Annexo 2

# ACTA DA REUNIÃO COM AS PAP

## Projecto Adaptação as Mudanças Climáticas para Zonas Costeiras

### Plano de Acção de Reassentamento

#### Acta

**Reunião:** Discussões com as PAP sobre a metodologia de avaliação das culturas e modo indemnizações

**Data:** 28 de Fevereiro de 2015

**Hora:** 9h00

**Local:** Santa Catarina

#### 1. Saudação de Boas Vindas

O consultor Olivio Diogo deu as boas vindas às PAP e agradeceu aos presentes por terem retirado parte do seu tempo para estarem presentes no encontro. Foram feitas as apresentações dos participantes e introdução ao projecto.

#### 2. Ponto da situação

O primeiro elemento a ser apresentado foi o de informar os proprietários que só aceitavam a entrada das maquinas no seu terreno depois da compensação ser realizada.

O Consultor lembrou a todos os presentes como seria feito todo o processo o quadro de avaliação e modo de indemnização, tendo recordado que, durante as varias visitas de trabalhos anteriores, cada uma das PAP tinha ajudado o consultor a identificar e a medir as suas parcelas. O Consultor explicou o processo que será usado para fazer o cálculo das indemnizações, usando os preços locais correspondentes à cada cultura.

Explicou a forma como o pacote de indemnização seria estruturado a fim de proporcionar aos PAP um rendimentos e também promover o restauro de formas de sustento para cada agregado. Por outro lado foi-lhes explicado que o pacote consiste no pagamento em dinheiro pelas culturas perdidas em forma de cheque.

Aproveitou para solicitar as perspectivas de utilização dos fundos e da proposta de um plano de formação para actividades geradoras de rendimentos gestão. De seguida, o consultor apresentou o inquérito aplicado a cada agregado familiar.

O consultor convidou as PAP a eleger um responsável para apresentação de queixas, tendo entregado ao representante eleito das PAP das diferentes comunidades uma cópia do processo de resolução de conflitos. Os PAP foram informados de que o responsável pelas queixas e reclamações deveria ser alguém com a capacidade escrever bem e argumenta ao favor delas.

### 3. Debates

Preocupações levantadas:

#### 9. Malanza

1. Há um grande ceticismos por parte das PAP em relação ao projecto, uma vez que as casas continuam em riscos, anos após anos, e nada de concreto aconteceu. Apesar de vários atores, dos mais variados sectores, terem passado pela comunidade com o propósito de debelar o mesmo problema;
2. Que garantia teriam que no futuro o projecto não se apropriaria do espaço que lhes foi reservado, isto é, parte da parcela não afeta ao projecto?
3. Que entidade vai construir as habitações e o critério de distribuição tendo em conta que todos os habitantes da zona costeira se encontram em risco;
4. As PAP levantaram questões relacionadas com a modalidade de pagamento, quem seria responsável pelo pagamento? Quanto tempo levaria toda essa operação?
5. Com a deslocação das casas em risco para a nova zona urbanizada, as PAP revelaram-se apreensivos em garantir que a parte dos seus lotes que não seria afeto ao projecto não fosse apropriada pelos futuros moradores, uma vez que os mesmos continuarão a pertencer aos actuais proprietários
6. Auxiliar técnico de terminologia e agente de saúde comunitário foi eleito pelas PAP para ser o responsável pelo depósito da reclamação



